
DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN
VICE-ALMIRANTE ADRIANO COUTINHO LANHOSO
NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO CURSO
DE DEFESA NACIONAL DE 1985
EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984

DISCURSO DO DIRECTOR DO IDN
VICE-ALMIRANTE ADRIANO COUTINHO LANHOSO
NA SESSÃO SOLENE DE ABERTURA DO CURSO
DE DEFESA NACIONAL DE 1985
EM 19 DE NOVEMBRO DE 1984

A todos agradeço a vossa honrosa presença, que interpreto como estímulo para fazermos mais e melhor, mas, ao mesmo tempo (e perdoe-se-me a imodéstia), como prova de que o que neste Instituto conseguimos levar a bom termo, nós como os nossos antecessores, merece de Vossas Excelências uma atitude de fundadas esperanças no futuro. Tal facto acarreta-nos acrescidas responsabilidades, que gostosamente assumimos, com a consciência plena das dificuldades a vencer mas também com a vontade de o conseguir.

De facto, os meios de que agora dispomos — refiro-me ao pessoal e às instalações administrativas — são escassos para o cumprimento consciente e cabal da missão que a legislação vigente nos atribui, mas temos fé que a compreensão que temos vindo a encontrar, e que é de justiça salientar, nos permitirá resolver o problema a prazo relativamente curto.

Uma palavra especial de boas-vindas é devida aos senhores auditores do Curso de Defesa Nacional de 1985. A todos, os melhores votos de felicidades nos trabalhos que se vão iniciar. Prometo-vos, senhores auditores, muito trabalho esforçado, e conto com a vossa dedicação, com a consciência de que será em grande parte de vós, do sucesso do vosso esforço e da vossa interessada participação, que dependerá a qualidade do produto final que conseguiremos, para vosso benefício pessoal como para benefício do Portugal que todos amamos e que desejamos melhor servir.

Minhas senhoras e meus senhores:

1. Com o acto solene de hoje iniciam-se os trabalhos do IDN, relativos ao ano de 1984/85.

Abrirá as nossas actividades o assessor deste Instituto, senhor doutor João Salgueiro, que proferirá uma lição subordinada ao tema «A Defesa da Economia Nacional».

2. Antes, porém, de, em nome de sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, dar a palavra ao ilustre conferencista, permitam-me Vossas Excelências que me refira rapidamente ao enquadramento con-

ceptual que envolverá as actividades superiormente aprovadas para 1984/85, e que faça uma referência breve à respectiva listagem.

3. O plano de actividades a processar inclui-se, naturalmente, no âmbito da missão do IDN e, consequentemente, destinar-se-á a contribuir para:

- a. A definição de uma doutrina de defesa nacional;
- b. O esclarecimento recíproco e a valorização de quadros, das Forças Armadas e dos sectores civis, público e privado, através do estudo em conjunto de grandes problemas nacionais e da conjuntura internacional, com interesse para a defesa nacional;
- c. A sensibilização de camadas expressivas da população para os problemas da defesa nacional;
- d. A valorização de quadros dos três ramos das Forças Armadas, como complemento dos cursos e estágios técnicos frequentados nos institutos superiores de ensino dos respectivos ramos, através do estudo em conjunto de matérias de interesse comum, em ligação íntima com aqueles institutos e sob a sua responsabilidade nos aspectos doutrinários.

4. Dentro deste quadro será obviamente a problemática da defesa nacional, nas suas componentes militar e não militar, como responsabilidade comum de todos os cidadãos, e com o carácter permanente, o âmbito interministerial e a natureza global que a Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, confere à respectiva política, que enformará todas as nossas actividades.

5. No tratamento dos temas que incluiremos no nosso programa de actividades salientaremos, obviamente, que nem «tudo» é defesa nacional e que o jogo coordenado dos factores de potencial estratégico do País não visa exclusivamente a segurança nacional, que daquela decorre directamente.

Temos, de facto, plena consciência de que há que frisar bem que a política de defesa nacional não é a política nacional, e que é a última que deve englobar a primeira, mas estamos convictos de que, por outro lado, há que deixar bem claro que, sendo a defesa nacional uma função determinante do Estado no prosseguimento da sua política de segurança, a estratégia de defesa nacional, decorrente da respectiva política, se tem de entender como a ciência e a arte da administração integrada das potencialidades e das vulnerabilidades do país, umas e outras concluídas criteriosamente do estudo dinâmico e conjugado dos recursos morais e materiais da Nação, face à

situação e à evolução previsível dos cenários nacional e internacional, e às ameaças decorrentes em cada momento.

6. É assim, no quadro conceptual referido — que decorre da missão atribuída ao IDN e da Lei n.º 29/82 já atrás mencionada — que integramos as actividades programadas para o ano que hoje se inicia e que são:

- a. O Curso de Defesa Nacional (CDN/85), com a duração de 32 semanas, que será frequentado por 28 auditores (19 civis e 9 militares), quadros superiores das Forças Armadas e do sector civil público e privado. Começa hoje e terminará em 28 de Junho de 1985.
- b. O Estágio Interforças (EIF/85), com a duração de 4 semanas, a realizar em Julho de 1985, que será frequentado por cerca de 40 oficiais dos três ramos das Forças Armadas, com os postos de capitão-de-mar-e-guerra ou coronel, no final dos cursos superiores ministrados nos institutos respectivos.
- c. O Estágio de Estados-Maiores Conjuntos (EEMC/85), com a duração de 4 semanas, a realizar também em Julho de 1985, que será frequentado por cerca de 16 a 20 oficiais dos três ramos das Forças Armadas, com os postos de capitão-de-fragata/tenente-coronel ou major/capitão-tenente, em princípio qualificados com os cursos de Estado-Maior dos institutos respectivos.
- d. O Estágio Intensivo de Defesa Nacional (EIDN/85), com a duração de duas semanas, a realizar no Porto, possivelmente em Junho de 1985, que será frequentado por auditores a designar superiormente, após ligação com a comissão de coordenação da Região Norte.
- e. Dois seminários abordando temas de interesse relevante, a definir oportunamente. Como exemplo das preocupações que neles se incluirão, lembrarei que os dois realizados no ano académico anterior, e que há pouco concretizámos, tiveram por temas «Transportes Exteriores e Liberdade de Acção de Portugal» e «A Cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa». Em qualquer deles participou cerca de uma centena de personalidades do maior relevo na vida portuguesa, ligada às actividades em causa.
- f. Cerca de 19 conferências (11 delas integradas no programa do CDN/85), visando aspectos importantes ligados à definição e à análise de cenários globais ou regionais de âmbito internacional, proferidas por personalidades estrangeiras de reconhecido mérito,

umas convidadas directamente pelo instituto e outras postas à nossa disposição por amável deferência do Ministério dos Negócios Estrangeiros e das embaixadas da Suécia, da França e da Espanha, aos quais renovo os nossos agradecimentos.

Além destas conferências, Suas Excelências os Embaixadores da URSS, dos EUA, da RPC e do Brasil farão exposições sobre aspectos da política externa dos respectivos países, também integrados no programa do CDN/85. A Suas Excelências, mais uma vez, o nosso muito obrigado.

- g. Algumas conferências, a concretizar por assessores do IDN fora da cidade de Lisboa, umas delas em locais a determinar oportunamente e outras, desde já planeadas, em princípio, para Porto de Mós (em ligação com as comemorações do VI Centenário da Batalha de Aljubarrota), Abrantes e Ponta Delgada.
- h. Visitas de estudo a departamentos civis, a empresas públicas e privadas, como a estados-maiores, comandos e unidades das Forças Armadas e das Forças de Segurança, integradas nas actividades do CDN/85, do EIF/85 e do EEMC/85.
- i. Viagens de estudo à região centro do continente, e às regiões autónomas dos Açores e da Madeira e ao estrangeiro (esta ainda a definir), integradas no programa do CDN/85.
- j. Edição trimestral da revista «Nação e Defesa», publicação cujo elevado prestígio, aliás em franco crescendo, me dispensarei de referir, pois creio-o do perfeito conhecimento de todas Vossas Excelências.

7. Antes de terminar, permitam-me Vossas Excelências que vos saliente, muito honestamente, que o programa de actividades do IDN só é possível, embora à primeira vista alguns possam julgá-lo pouco dilatado face às responsabilidades que a missão estabelecida lhe confere, mercê de uma devotada e inexcedível dedicação do reduzido pessoal militar e civil dos seus quadros.

Os meios de que dispomos mais não permitem fazer, se quisermos manter um alto nível de qualidade que, aliás, julgamos imprescindível para o sucesso no cumprimento da nossa difícil missão.

Mas, o que fazemos, com a qualidade de que nos orgulhamos, só é possível também porque, para a concretização do nosso trabalho de planea-

mento detalhado e de coordenação, nos dão a sua prestimosa colaboração numerosas ilustres personalidades da inteligência nacional que, generosamente, têm posto à nossa disposição o seu muito saber, particularmente durante os trabalhos dos cursos de defesa nacional (no que hoje começa recorreremos à boa vontade de cerca de 140 personalidades portuguesas que convidámos) e dos seminários, sem esquecer as exposições incluídas nas viagens e visitas de estudo.

É do merecido prestígio e da tão generosa disponibilidade dos ilustres conferencistas e colaboradores, que nos dão o indispensável apoio dos seus conhecimentos, que resulta a reconhecida valia das actividades que levamos a cabo.

É-lhes, pois, devida uma muito justa homenagem de gratidão, que expresso na pessoa daqueles que, nesta hora solene, nos quiseram honrar com a sua presença.

8. Termino aqui as minhas palavras e, com permissão de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, peço ao Exm.^o Senhor Doutor João Salgueiro que inicie a sua lição.

IDN, 19 de Novembro de 1984.

Adriano Coutinho Lanhoso

Vice-Almirante